

APONTAMENTOS A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO PARA O ESTADO DE RONDÔNIA

Cátia Franciele Sanfelice de Paula

Professora do Departamento de História da Unir

Campus de Rolim de Moura, RO-Brasil.

E-mail: catia.sanfelice@unir.br

CAPES/FAPERO

Resumo

Na historiografia sobre o processo migratório para o estado de Rondônia estão presentes interpretações sobre a migração a partir de marcos de memória, de políticas adotadas pelo governo militar ou projetos de colonização elaborados a partir de 1970. Em alguns casos as abordagens não consideram o movimento histórico anterior a este período, desconsiderando questões relativas a outras tentativas de ocupação e outros projetos desenvolvidos no Estado. Há a naturalização de conceitos utilizados e pouca problematização acerca dos significados que os mesmos representam. Desse modo, buscamos problematizar alguns dos conceitos presentes na historiografia analisada, tais como migração e integração, a fim de apresentar outras abordagens possíveis acerca da temática.

Palavras – chave: História; Historiografia; Rondônia.

THE HISTORIOGRAPHY NOTES FROM THE PROCESS OF MIGRATION FOR RONDÔNIA STATE

Cátia Franciele Sanfelice de Paula

Professora do Departamento de História da Unir

Campus de Rolim de Moura, RO-Brasil.

E-mail: catia.sanfelice@unir.br

CAPES/FAPERO

Abstract

In the historiography of the migration process for the state of Rondônia are present interpretations on migration from memory frameworks, policies adopted by the government or military colonization projects developed from 1970. In some cases these approaches do not consider the previous historical movement in this period, excluding issues related to other attempts of occupation and other projects developed in the state. There naturalization of concepts used and little questioning of the meanings that they represent. Thus, we seek to discuss some of the concepts present in the analyzed historiography, such as migration and integration, in order to present other possible approaches to the issue.

Keywords: History; Historiography; Rondônia;

Para a escrita deste artigo, selecionei algumas das produções existentes sobre o Estado de Rondônia a fim de problematizar as abordagens realizadas acerca do tema migração. Em sua maioria, os trabalhos sobre o processo migratório para Rondônia são da área da Geografia. Outros trabalhos são da área de história, sociologia e ciências ambientais. No geral, os trabalhos consultados apresentam análises sobre a migração cuja abrangência se dá em torno de todo o Estado, desconsiderando as especificidades em torno dos municípios que o compõe. Isso, em certa medida, deve-se ao fato de que a maior parte da produção historiográfica ser da área de geografia, o que confere outras abordagens e conceitos. Nos trabalhos analisados, por exemplo, inexistente a preocupação de construir uma interpretação com base na problematização das relações sociais e das experiências dos sujeitos. Uma questão importante para a História social no que se refere à compreensão do processo histórico a partir das práticas sociais.

A princípio, a análise se deu a partir de trabalhos cuja abordagem está voltada a década de 1970 em diante. Nestes materiais foi possível observar interpretações sobre o processo migratório a partir de marcos de memória, das políticas adotadas pelo governo militar ou ainda a partir dos projetos de colonização¹. A partir das leituras e de reflexões percebemos que eleger os projetos políticos oficiais, sejam eles os projetos de colonização ou os órgãos criados no período com o objetivo de sistematização dos projetos, como por exemplo, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou ainda marcos de memória não avançaria no sentido de compreender tal processo efetivamente. Os trabalhos que optaram por esse caminho apresentam uma série de lacunas e contradições (BINSZTOK; ERTHAL; TUBALDINI; DEUS; MACEDO).

Entendemos que a historiografia oferece elementos importantes quando se trata de colocar o processo histórico em movimento. Porém, isso não significa necessariamente partir do contexto em que a temática proposta está inserida, ou de marcos políticos, mas considerar o que estava ocorrendo no período anterior a ele, ou seja, o que estava ocorrendo antes de 1970 que levou a determinadas afirmações ou proposições. Com intuito de entender as lacunas e homogeneizações presentes nas abordagens analisadas buscamos por trabalhos que objetivam compreender Rondônia num recuo de tempo anterior a 1970.

¹ A partir de 1970 foram implantados sete projetos de colonização no Estado de Rondônia. Foram cinco PICS (Projetos Integrados de Colonização) e dois PADS (Projetos de Assentamento Dirigido). Porém devido ao intenso fluxo migratório que continuava na década de 1980 foi necessária a criação dos PAR (Projetos de Assentamento Rápido).

Num primeiro momento, pontuo como parte da historiografia trata as questões relativas à “ocupação” do município, discutindo deste modo suas lacunas e as questões silenciadas acerca deste processo e, posteriormente, problematizo a bibliografia que buscou compreender os projetos e as relações estabelecidas em Rondônia a partir da Comissão Rondon e da atuação do exército no processo de construção do território Federal à sistematização dos projetos de colonização. Também é objetivo neste artigo problematizar alguns dos conceitos utilizados pela historiografia analisada no intuito de apresentar outras possibilidades de abordagens acerca do tema proposto.

No geral é comum encontrar na historiografia sobre Rondônia uma abordagem cíclica sobre o processo histórico, o que, por sua vez, remete a uma ideia de evolução ao evidenciar os “novos ciclos” econômicos para o Estado. Essa abordagem está presente em grande parte dos trabalhos analisados. A título de exemplo, podemos citar a abordagem de José Lopes de Oliveira²:

É fato não ver-se o reconhecimento público da importante atuação da autarquia na Rondônia. A comunidade acadêmica e os historiadores concentram suas pesquisas e registros no período colonial, nos ciclos minerais, da borracha, da construção da via telegráfica e da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Raros são estudiosos que se debruçam na fase inaugurada primeiramente na década de 1960, quando teve início um grande ciclo migratório para o Território Federal de Rondônia, em decorrência da abertura da BR 364, ligando a região centro oeste às terras de Rondon. Os que se dedicam ao assunto ainda o fazem superficialmente, timidamente, uma pena. Por isso, é preciso que se registre essa importante história do grande fenômeno migratório recepcionado por Rondônia, principalmente a partir de 1970 que se somou ao acumulado da década anterior, quando entra em cena o ordenamento da estrutura fundiária patrocinado pelo INCRA, para que não se apague esse feito, uma vez que já ganha destaque, ultimamente, outro ciclo econômico, o da construção das hidrelétricas do Rio Madeira – o ciclo das turbinas. É preciso reconhecer que se está saindo do ciclo da agropecuária, que fica menos importante, ingressando numa nova matriz econômica, mais produtora de divisas, com mais agregação de valor aos produtos primários, aos produtos primários, aos frutos da produção in natura. Têm-se verificado a instalação de várias indústrias, consequentemente, multiplicam-se as oportunidades de emprego e a geração de renda, inflando a economia rondoniense. As oportunidades de investimentos, empreendimentos, não mais estão restritos ao fator de produção terra, a maioria destas, infelizmente, ainda no regime de posse em glebas públicas, fato comum na Amazônia, gerador de insegurança jurídica fundiária, semente de conflitos agrários. (...) Certamente, com o atual ciclo econômico influenciado pela construção das usinas hidrelétricas do Madeira, o Estado de Rondônia retomará a criação de Municípios, paralisada desde 1995 (OLIVEIRA, 2010, p. 32 e 126).

Assim, antes de 1970 teria ocorrido o ciclo da borracha, após 1970 a colonização e o desenvolvimento da agropecuária e agora se estaria em processo de transição para um novo

² José Lopes de Oliveira foi ex-servidor do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsável por realizar o que ele denomina de regularização fundiária urbana do município de Rolim de Moura/RO.

ciclo, da indústria, da plantação de soja, por sua vez, vinculada a dinâmica extensiva do agronegócio e, de produção de energia materializada na construção de hidrelétricas. É como se houvesse uma história antes e após 1970. Em muitos trabalhos até mesmo a descoberta da cassiterita e seu processo posterior, de mecanização, é ocultado. Tal atividade, porém, evidencia vários elementos importantes que referencia um processo de “ocupação” do território que é anterior a sistematização dos projetos de colonização.

Além da visão cíclica, o processo histórico é explicitado na Historiografia a partir de marcos de memória, invariavelmente, ligados ora a construção da BR 364, de órgãos como a SUDAM, SUDENE, INCRA, da interpretação sobre a “colonização” devido a modernização conservadora (MOREIRA, 2012) do campo ocorrida no Sul do Brasil ou ainda às propagandas do governo militar ou pelos supostos benefícios recebidos pelo capital privado, sem, porém, especificar quais seriam esses grupos beneficiados (CALVENTE, 1980. In: SOUZA; GROSSI, 2010). Tais abordagens oferecem formas de interpretação que congela o processo histórico impossibilitando o entendimento de questões relativas às experiências, aos modos de vida e de trabalho daqueles que vivenciaram tal processo histórico.

Ainda nos trabalhos analisados é possível perceber uma abordagem que denuncia os problemas que o Estado de Rondônia passou a enfrentar após a implantação dos projetos de colonização, devido ao insucesso da política migratória, a qual não teria tido a capacidade de sanar as demandas por terra (SOUZA; PESSOA, 2009). Não significa, porém, que tal política não tenha ocasionado uma série de problemas agrários. Questiona-se, porém, o fato de que os mesmos não são analisados em sua processualidade.

Por outro lado, é frequente nos trabalhos analisados a ideia de que antes de 1970 não houve problemas em Rondônia. Ou ainda, que os problemas anteriores a 1970 teriam ocorrido por disputa de terra, entre a população indígena, posseiros e seringueiros, através de uma análise superficial, mas que, por sua vez, tais problemas teriam se intensificado após 1970 (TURCHI, 1981). Analisando tais trabalhos as lacunas e homogeneizações são muitas não explicando as contradições da época em que os projetos de colonização foram implantados tampouco questões relativas ao movimento histórico anterior. Desse modo, buscar a historicidade destas categorias analíticas é crucial e permite acompanhar seus significados ou seu processo de alteração.

Nesta direção, entendemos que a leitura de época, ou de contexto, se faz importante. A partir dela compreendemos questões relativas ao que ocorria no tempo e espaço em que a proposta de análise está inserida. Porém, não basta, é indispensável colocá-la em

movimento no intuito de perceber a noção de processo, essencial para a compreensão histórica. A partir do exposto consideramos necessário o tratamento de alguns conceitos utilizados pela historiografia como forma de explicar o processo histórico. O próprio conceito de migração precisa ser colocado em movimento, tendo em vista que migração sempre houve e há, ocorrendo todos os dias. Mas de qual processo migratório estamos falando? Em que momento histórico ocorreu? Demonstrar assim o que estava ocorrendo na época, buscando romper com a ideia determinista de causa e consequência. Partimos desse modo, da prerrogativa de que as relações sociais são complexas e ricas na compreensão do processo histórico.

A não visão de processo leva a abordagens a partir de marcos de memória. Outra interpretação recorrente em relação à migração vinda do Sul é atribuída à chamada “modernização conservadora”. Não se desconsidera, porém esse fato, mas acredito que a migração do Sul não tenha ocorrido apenas pela denominada “modernização” da agricultura. Tal categorização tende a homogeneizar o processo histórico, não permitindo outros elementos e problematizações. A própria migração pelos atingidos pela Hidrelétrica de Itaipu no Paraná é um dos elementos ainda silenciados pela historiografia. Também silenciadas são as trajetórias de vida e de trabalho dos que precisaram migrar, questão que abre um leque de problematizações que não podem ser restritas somente a chamada “modernização” no campo. O que foi ou tem sido esse processo? Deve-se a introdução de novas tecnologias? É na tecnologia que está o problema? Ou em sua apropriação? E os trabalhadores porque nem todos puderam acompanhar as mudanças ocorridas no campo nas últimas décadas? Por que foi preciso migrar? Como isso se deu? Essas e outras questões são necessárias se queremos entender o processo migratório para o Estado de Rondônia.

O conceito de migração não pode ser explicado por ele mesmo, é antes um problema que necessita investigações e descobertas. A partir desse pressuposto o conceito permite a realização de pesquisa cujo referencial de análise pode ser pautado nas experiências dos sujeitos que vivenciaram tal processo. Sujeitos que narram suas trajetórias de vida e de trabalho a partir de seus referenciais e, que a partir deles nos possibilita compreender o contexto de mudanças vivenciadas. Mudanças nas formas de viver e trabalhar provocadas por mudanças estruturais de reorganização da produção no campo ou outras formas de mudanças que estiveram presentes na vida desses sujeitos.

Porém, é recorrente o conceito de migração, ser tratado de modo estático, congelando assim, o processo histórico. Partimos do pressuposto que os conceitos em si não explicam

as relações vivenciadas. Faz-se necessário ao historiador entendê-lo em sua historicidade não restringido seu sentido ao deslocamento de pessoas ou tampouco caracterizá-lo a partir de explicações estáticas. Ou seja, não explicitar a migração por meio de marcos explicativos, a saber, a modernização conservadora, a propaganda militar, a construção da BR 364, ou ainda, aos projetos de colonização elaborados durante o governo militar. Tal explicação impossibilita a descoberta, o novo. Por esse motivo o conceito precisa ser analisado em sua historicidade, à luz do processo histórico vivenciado pelos sujeitos, o que pode evidenciar elementos outros não presentes em análises fechadas sobre tal processo. Entende-se, portanto que o ato de migrar ocorre todos os dias, e que por si só o conceito não dá conta de explicar o processo histórico que se pretende analisar.

Problematizando a historiografia e autores que se debruçaram em compreender o período anterior a 1970, encontramos diversos elementos conflitantes desde o início do século XX, que, por sua vez, reaparecem em outros contextos, sem a devida historicidade, como é o caso das tentativas de se construir colônias agrícolas no início do século e, novamente em 1930 e 1940. Posteriormente, em 1970, vemos então, os chamados projetos de colonização, com intuito de promover, com maior intensidade, a “ocupação”.

É válido ressaltar que grande parte da historiografia desconsidera o período da descoberta da cassiterita no Estado na década de 1950, responsável por atrair pessoas de outros estados e atribuir o fluxo migratório de pessoas aos projetos de colonização implantados na década de 1970. Maciel, em sua pesquisa sobre a Comissão Rondon buscou discutir questões relativas à construção das linhas telegráficas nas primeiras décadas do século XX e as interpretações, imagens e significados elaborados por engenheiros, militares e técnicos sobre os “sertões”. Dentre a riqueza de informações oferecidas pela autora em seu trabalho, há questões que nos ajudam compreender as lacunas identificadas nos trabalhos analisados que se reportam ao contexto da década de 1970. Um primeiro elemento a ser destacado é o discurso de “espaço vazio”. Tal slogan está presente nos trabalhos analisados sem nenhuma historicidade, dando a entender que se remete ao contexto de 1970 quando já teria sido utilizado desde o início do século XX, reafirmados nos anos 30 e 40 e, utilizados novamente em 1970.

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias a civilização”, que representam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados a Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços e dilatar as “fronteiras da Pátria”, como um dever do Estado a ser conduzido pelo exército “as forças armadas da nação”. (MACIEL, 1999, p. 168).

Para Maciel, a noção de “vazio” possui relação com a ausência de uma população disciplinada, tentada desse modo pela Comissão Rondon. No dizer da autora, tomava corpo a ideia de que “governar era povoar”. A autora ressalta que se deve atribuir à Comissão não a busca pelo “novo” ou do caráter de descoberta, mas o papel de ordenadora do território, com empenho em outro tipo de ocupação e aproveitamento das terras e a pacificação das relações entre os vários atores sociais. Ao acompanhar o desfecho desse processo histórico encontramos elementos na década de 30, com o trabalho de Souza, os quais Maciel afirmou que “buscar a historicidade destas categorias permite acompanhar o processo de alteração de seus significados e, ainda, sua eficácia para a hierarquização dos espaços – físicos e sociais – internos e externos” (MACIEL, 1999, p.187).

Ao analisar a ação dos militares e os debates em torno da construção do Território Federal de Rondônia nos anos 30 e 40 do século XX, Souza (2002) aborda os projetos de ocupação implementados pelo Exército. Sua proposta foi compreender a atuação do exército no período, problematizando os projetos implantados. A partir de uma análise que buscou no movimento histórico analisar o período anterior a 1930, pontuando como os projetos implantados antes desse período serviram como base para os projetos que seriam desenvolvidos posteriormente:

O Posto Telegráfico tinha diversas atribuições como o levantamento do potencial mineral, do potencial agropecuário, estudo de flora e fauna, além de manter contato com os povos indígenas da região e ir “limpando” o caminho para os colonizadores que viriam a seguir (SOUZA, 2011, p. 12).

Na análise feita por Souza temos a evidência de que tentativas de colonização não são fruto unicamente da década de 1970. Tanto o trabalho de Maciel quanto o de Souza apontam nesse sentido, como já vinham sendo gestados. Em 1930 há a continuidade da política de “ocupação”, a partir da infraestrutura formada pela Comissão Rondon. Souza destaca que, em 1930, foi tentada a implantação de colônias agrícolas. Porém, não tiveram sucesso devido a problemas como o tamanho dos lotes, a infertilidade das terras, a falta de política de preços e a ausência de assistência técnica. A infertilidade das terras está ligada invariavelmente ao fato de que a instalação dos núcleos agrícolas se dava em pontos estratégicos do ponto de vista militar, que possibilitasse a defesa da fronteira. De acordo com Souza (2002), os núcleos agrícolas seriam a saída para o extrativismo na década de 30, momento em que a produção da borracha, que apresentava grandes custos passou a ser valorizada devido à demanda pelo produto no mercado internacional.

Essa abordagem nos permite observar outra questão ausente da historiografia analisada. O fato de que houve um grande fluxo de pessoas que se dirigiram ao Estado no segundo ciclo da borracha e, posteriormente, com a descoberta da cassiterita na década de 1950. Numa abordagem cíclica, Souza aborda tais processos como resultantes tanto da criação do Território Federal, quanto da criação do Estado de Rondônia:

(...) tem-se a “Batalha da Borracha” que desembocou num surto efêmero de colonização e a consequente criação do Território Federal do Guaporé. Depois disso, a descoberta de cassiterita redundaria na abertura da então BR-29 no governo de JK em 1960. E por último o ciclo da colonização agropecuária entre as décadas de 70 e 80 como sendo um dos fatores que contribuíram para a transição para o Estado em 1981 (SOUZA, 2002, p. 6)

Outro fator também oculto na historiografia analisada refere-se tanto a descoberta da cassiterita na década 1950 quanto a sua posterior mecanização em 1971. Segundo Souza, a mecanização teria ocorrido devido à pressão exercida por alguns consórcios de empresas mineradoras que resolveram explorar a região em relação ao Governo Federal, a fim de fechar a lavra manual e regulamentar a lavra mecanizada. Porém, de acordo com informações presentes no Jornal Correio da Manhã³, de 1971, o objetivo do governo Federal na época era explorar o máximo possível a cassiterita, tendo como finalidade a exportação.

A mecanização da cassiterita teria provocado enormes prejuízos à economia do Território⁴, afetando também setores como transporte, alimentação, comércio e serviços em geral. Souza também discute como, nesse período, havia disputas políticas em torno da administração do Território entre o exército que administrou o território por 50 anos e pelas coligações de oposição (União Democrática Nacional e Partido Social Progressista). Porém, o autor não aprofunda em seu trabalho a discussão sobre tais disputas, as quais carecem ainda de pesquisa que as explicita. O quadro de disputa política em torno do território teria durado até a descoberta da cassiterita e sua posterior mecanização, o que fez com que o exército perdesse a popularidade no Território.

Diante desse quadro, podemos fazer algumas considerações. Os trabalhos de Maciel e Souza explicitam que o processo de ocupação não é fruto unicamente da década de 1970,

³ http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=15975&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

⁴ Antes de tornar-se um Estado, Rondônia era Território Federal. A criação do Estado Federal ocorreu em 1943 e, o Estado de Rondônia em 1981. Maiores informações ver Souza, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)** / Valdir Aparecido de Souza. – Assis, 2002.

como pontua grande parte da historiografia. Ainda segundo Souza, os últimos elementos a impulsionar a ocupação para Rondônia teriam sido a descoberta da cassiterita e o projeto agropecuário com incentivo fiscal às empresas de capital estrangeiro destinado à exportação, nas décadas de 1970-1980, sob a direção dos governos militares. Com base em um contexto de discurso nacionalista, a Amazônia como um todo era vista como um lugar a ser explorado. Assim, uma questão de suma importância e que justifica a análise realizada neste ensaio, é buscar no movimento histórico a compreensão de como foram pensados e elaborados os projetos de colonização na década de 1970.

O trabalho de Souza evidencia que os projetos de colonização foram elaborados num período de crise em Rondônia devido o fechamento manual da exploração da cassiterita. Desse modo, os projetos de colonização teriam sido criados como forma de compensar o Estado por causa da mecanização da cassiterita e o conseqüente prejuízo para o Estado? Ou, os projetos de colonização teriam sido criados tendo como finalidade promover a ocupação do Estado, formando assim um contingente de mão de obra para as indústrias que lá estavam se instalando?

Partimos do princípio de que, sob a política integracionista, cujo lema “Integrar para não entregar”, podem estar presentes objetivos outros, os quais o termo “integração” não nos permite apreender. O termo “integração” consiste em um conceito ideológico que busca justificar algo e não explica as contradições que ocorriam no campo das relações sociais.

Não podemos perder de vista que, em 1930, se teve um período de disputa em torno da ideia de nação, de intensa discussão em torno da civilização, do progresso e da cultura. Tais questões, porém, não ficaram restritas a década de 1930, elas reapareceram ou nunca estiveram fora da pauta das preocupações governamentais e, em 1970, tornam-se visíveis. Nesse contexto, há no campo historiográfico, explicações sociológicas que realizam uma abordagem pautada na concepção desenvolvimentista. Tais trabalhos se cristalizaram no interior da academia, oferecendo discussões que iam de encontro com os discursos governamentais, reproduzindo conceitos como o de integração sem a devida problematização sobre o conceito. O processo histórico referente à Amazônia passa a ser explicada também por marcos de memória, como a construção da BR 364, pela política ou pelos projetos de colonização, visão cíclica, dentre outros. Há, portanto na historiografia sob a perspectiva sociológica uma análise que confere ao Estado o protagonista, perdendo de vista as relações sociais.

Em 1930 havia a ideia de desenvolvimentismo e de unidade nacional. A ideia de desenvolvimentismo continuou nos períodos posteriores e a ideia de unidade nacional

passou a ser propagada também sob o conceito de integração. Assim como o conceito de migração, o conceito de integração também merece atenção. O próprio lema “integrar para não entregar” é carregado de justificativas ideológicas onde a premissa governamental seria promover a “ocupação”, com pessoas de outras regiões do Brasil, pois o discurso propagado era que se temia a invasão internacional na Amazônia, portanto seria necessário guardar as fronteiras.

O conceito ideológico de “integração” consiste em um conceito presente não nas relações sociais, de trabalho, mas da justificativa. Está, portanto, fora do âmbito de qualquer forma de relação e das contradições vividas no processo histórico. Além da justificativa ideológica o slogan “Terra sem homens para homens sem terra” utilizado pelos militares no período também camufla o entendimento sobre as relações sociais no campo. O que de contraditório ocorria no período, tendo como base que em 1970 se tem o fim da exploração manual e mecanização da cassiterita? Como e porque são criados os projetos de colonização?

As pesquisas de Maciel e Souza evidenciam uma série de questões conflitantes anteriores a década de 1970. Souza, porém, busca entender o processo histórico a partir de dados oficiais, pautados ora na construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, na criação do Território Federal, na implantação de colônias agrícolas, nos projetos de nacionalização preconizados por Vargas, enquanto marcos políticos explicativos daquilo que ocorria no período. Do mesmo modo a historiografia, cuja abordagem é sobre 1970, busca entender o processo histórico a partir de dados oficiais, estabelecendo inclusive marcos de memória, para justificar o que passou a ocorrer a partir da implantação dos projetos de Colonização. Não desconsideramos esses elementos, porém entendemos que permanecer neles limita nossa compreensão do movimento histórico.

Nesse contexto entendemos que os projetos de colonização precisam ser entendidos como fruto de limites e pressões (WILLIAMS, ?2011) que estavam sendo vivenciadas no período. Desse modo, analisar o processo histórico a partir de marcos de memória e permanecer neles não oferece saída para uma análise fora dos marcos do capital. Não oferece uma compreensão satisfatória que referencie os sujeitos sociais, tampouco suas ações frente ao que estava posto e sendo vivenciado no período. Parte-se da compreensão de que as políticas de migração em si já são expressão do exercício de pressões e de fixação de limites. É preciso interrogar sobre qual processo conduziu às políticas de colonização. Entendendo que não é a política de migração ou a pobreza que fizeram ou fazem as pessoas migrarem. É necessário entender tal processo como uma relação mais

ampla, na qual valores e significados podem estar colocados. De outro modo, o que explica a migração de alguns sendo que a realidade de pobreza estava colocada para vários outros que não migraram?

É necessário considerar que tal processo não pode ser analisado de modo que esteja atrelado a questões de ordem política ou econômica apenas. A leitura que os sujeitos fazem e os significados acerca da realidade também precisam ser considerados como elementos que levaram à migração. Só a partir dessa análise encontramos elementos que ajudem na problematização e compreensão do processo histórico de forma ampla. Daí a importância da memória e como a partir dela evidenciamos questões relativas ao passado.

Para isso as contribuições trazidas pela História Social nos ajuda refletir sobre qual o papel da historiografia, em especial, da história no diálogo com a sociedade. Ou seja, que história estamos escrevendo? E para quem? Entendendo a escrita da história enquanto um processo de diálogo com o social, qual o olhar político (SARLO, 1997) está presente nas questões vivenciadas? E na historiografia?

Nesta direção Thompson (THOMPSON, 2002) nos ajuda a refletir sobre até que ponto os trabalhos produzidos no campo historiográfico não estão criando campos de ilusão⁵. Uma das contribuições do autor ao superar o economicismo é de que quanto mais se aumentam os campos de análise criam-se espaços de ilusão. Assim, para Thompson, a cultura de uma sociedade precisa ser compreendida como um campo de relações ao invés de um campo vasto de análises sem que haja essa preocupação. Tais relações se baseiam nos espaços onde há relações entre grupos antagônicos e, são nesses espaços que se desenvolvem as experiências que necessitam ser problematizadas. Experiências que, segundo Thompson, são sentidas e elaboradas pelos sujeitos no momento de suas narrativas (THOMPSON, 1998).

Compartilhando desta perspectiva, Beatriz Sarlo chama atenção do historiador para colocar em movimento o olhar político em sua análise acerca daquilo que os sujeitos vivenciam. E como a partir desse exercício podemos contribuir para o pensamento historiográfico. Um dos caminhos é pensar aquilo que está estabelecido, consolidado atentando para o que não foi incorporado, o que Sarlo chama do aparentemente descabido (SARLO, 1997). Assim a historiografia precisa ser pensada como um campo de possibilidades refletindo se a outra possibilidade que não está presente não serve para contar a história? Tal perspectiva sugere partir das inquietações do tempo presente, “consiste em trocar o olhar histórico sobre o que

⁵ Para Thompson campos de ilusão são campos de análises que não esclarecem as lacunas presentes na historiografia em sua profundidade.

já foi pelo olhar político” (SARLO, 1997, p. 59). Leva-nos a olhar a produção historiográfica a partir do contexto em que foi produzida e como a partir do presente interpreto se determinada abordagem explicita os problemas de nossa época. Estar atento ao pouco visível explicitando os motivos pelos quais determinadas abordagens não consegue explicar o contexto em que vivemos.

Essa perspectiva nos ajuda a não consagrar o processo histórico, mas tratá-lo como uma relação. Partimos do pressuposto que, no processo histórico, os sujeitos elaboram suas trajetórias nos espaços sociais, suas visões e projeções de mundo. Isto significa experiência. É preciso desse modo, atentar para a forma de elaboração e de construção das narrativas dos sujeitos como uma fonte importante para o trabalho do historiador. Quanto aos conceitos, entendê-los como problemas históricos que carecem ser analisados à luz das relações e das práticas sociais.

Referências Bibliográficas

BINSZTOK, Jacob; ERTHAL, Rui; TUBALDINI, Maria Aparecida; DEUS, José Antonio Souza de; MACEDO Giovanni Raimundo de. **Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra - Reforma Agrária promovida pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia**. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/>

CALVENTE, A. T. **Formações Não Capitalistas no Movimento de Ocupação da Amazônia: colonização agrícola em Rondônia – 1970/1980**. 1980. 184 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**, São Paulo, (18) maio, 1999. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994/8114> .

OLIVEIRA, José Lopes de. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária**/, José Lopes de Oliveira. – Porto Velho: Grafiel, 2010.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: **Paisagens Imaginárias**, Edusp, 1997.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. – Assis, 2011. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011.

_____. **(Des) ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)** / Valdir Aparecido de Souza. – Assis, 2002.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A Contra-Reforma Agrária em Rondônia: Colonização agrícola, expropriação e violência**. 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/>

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. GROSSI, Suely Regina Del. A Regionalização do Espaço Amazônico: o caso de Rondônia. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 126-135, 2010 – <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica>, 2010.

THOPMSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**, Vol. II, Paz e Terra, 2 edição, 1998.

_____. Educação e Experiência. In: **Os Românticos**; A Inglaterra na era revolucionária, Civilização. Brasileira, RJ, 2002.

TURCHI, Maria Lenita. **A Colonização Dirigida no processo de expansão e Ocupação da fronteira Agrícola**: Território Federal de Rondônia. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A07.pdf>. 1981.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In **Cultura e Materialismo**, SP: Editora UNESP, 2011.

Recebido: 02/11/2015 – Aprovado: 22/03/2016